



33902.331026/2013-15	UNIMED PERNAMBUCANA - FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS MEDICAS PERNAMBUCANAS	325759.	02.846.189/0001-63	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07 c/c RN 173/08. Conduta tipificada no art. 35, da RN 124/06.	Advertência.
33902.331290/2013-59	MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE S/A	333689.	57.746.455/0001-78	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07 c/c RN 173/08. Conduta tipificada no art. 35, da RN 124/06.	Advertência.
33902.331075/2013-58	UNIMED NORTE FLUMINENSE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	312592.	30.417.661/0001-88	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07 c/c RN 173/08. Conduta tipificada no art. 35, da RN 124/06.	Advertência.
33902.330810/2013-14	UNIMED ILHEUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	347230.	63.202.063/0001-40	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01. Conduta tipificada no art. 35, da RN 124/06.	Advertência.
33902.330916/2013-18	UNIMED CARATINGA - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA	347736.	26.368.613/0001-70	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01. Conduta tipificada no art. 35, da RN 124/06.	Advertência.
33902.331007/2013-99	UNIMED CAJAZEIRAS - SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	344141.	02.314.168/0001-05	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01. Conduta tipificada no art. 35, da RN 124/06.	Advertência.

MARCUS TEIXEIRA BRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
GERÊNCIA-GERAL
DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E JULGAMENTO
DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO

DESPACHO DA COORDENADORA
Em 23 de setembro de 2014

Nº 290 - A Coordenação de Análise e Julgamento de Processo Administrativo Sanitário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 124, incisos I e II, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicado na seção 1, do DOU n. 103, de 02 de junho 2014, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: BONYPLUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE COSMÉTICOS LTDA.
25351.528222/2010-11 - AIS: 694752/10-2 - GFIMP/ANVISA.
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), ALÉM DA PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR.

AUTUADO: CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA.
25351.460849/2011-17 - AIS: 644718/11-0 - GFIMP/ANVISA.
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.

AUTUADO: COMERCIAL DROGA DANTAS LTDA.
25351.004100/2010-15 - AIS: 005322/10-8 - GFIMP/ANVISA.
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), ALÉM DA PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR.

AUTUADO: EDITORA CARAS AS.
25351.005052/2010-55 - AIS: 006575/10-7 - GFIMP/ANVISA.
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.

AUTUADO: EDITORA CARAS AS.
25351.003850/2010-79 - AIS: 004956/10-5 - GFIMP/ANVISA.
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), ALÉM DA PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR.

AUTUADO: EMS S/A.
25351.004045/2010-13 - AIS: 005244/10-2 - GFIMP/ANVISA.
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE.

AUTUADO: GERMED FARMACEUTICA LTDA
25351.004053/2010-87 - AIS: 005253/10-1 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS), ALÉM DA PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR.

AUTUADO: HYPERMARCAS S/A
25351.001330/2010-98 - AIS: 001834/10-1 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), ALÉM DA PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR.

AUTUADO: LIBBS FARMACÊUTICA LTDA
25351.005064/2010-25 - AIS: 006589/10-7 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS), ALÉM DA PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR.

AUTUADO: LUIZ VARIÃO DA SILVA.
25351.769880/2010-11 - AIS: 983124/10-0 - GGIMP1/ANVISA.
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).

AUTUADO: PRO - CONTATY CONTABILIDADE S/S LTDA.
25351.276028/2010-67 - AIS: 363040/10-4 - GFIMP1/ANVISA.
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), ALÉM DA PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR.

AUTUADO: RADIO NOVO MUNDO LTDA.
25351.740644/2009-01 - AIS: 914902/09-3 - GFIMP1/ANVISA.
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.

AUTUADO: WIRTA ALVES DOS SANTOS LIMA - ME.
25351.003839/2010-87 - AIS: 004932/10-8 - GFIMP/ANVISA.
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS), ALÉM DA PROIBIÇÃO DA PROPAGANDA IRREGULAR.

MARY LUCE BARBOSA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS, AEROPORTOS,
FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 23 de setembro de 2014

Nº 288 - A Superintendência de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 136, inciso XV, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicado na seção 1, do DOU n. 103, de 02 de junho 2014, e pelo art. 1º, inciso IV, alínea b, da Portaria n. 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada na seção 1, do DOU n. 116, de 20 de junho de 2014, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: KIMBERLY CLARK BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA
25767.498850/2012-31 - AIS: 0715751/12-7 - GGPAF/ANVISA.
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).

AUTUADO: MARY KAY DO BRASIL LTDA.
25767.557891/2012-53 - AIS: 0799480/12-0 - GGPAF/ANVISA.
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).

AUTUADO: R & K SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA - ME.
25767.027149/2012-31 - AIS: 0038762/12-2 - GGPAF/ANVISA.
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS).

AUTUADO: RODRIMAR S/A TRANSPORTES EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E ARMAZENS GERAIS.
25767.556844/2012-44 - AIS: 0797640/12-2 - GGPAF/ANVISA.
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).

AUTUADO: UNICHEM FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA.
25767.556446/2012-64 - AIS: 0797102/12-8 - GGPAF/ANVISA.
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).

Nº 289 - A Superintendência de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 136, inciso XV, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicado na seção 1, do DOU n. 103, de 02 de junho 2014, e pelo art. 1º, inciso IV, alínea b, da Portaria n. 1.021, de 18 de junho de 2014, publicada na seção 1, do DOU n. 116, de 20 de junho de 2014, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: ALIBRA INGREDIENTES LTDA.
25759.162961/2010-57 - AIS: 215867/10-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE.

PAULO BIANCARDI COURY

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO,
CONTROLE E MONITORAMENTO

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.758, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 131, de 31 de janeiro de 2014, publicada no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2014 e a Portaria nº. 993 da Anvisa, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650 da Anvisa, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando os arts. 12, 50, 59, 62, II, e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando, ainda, a comprovação da comercialização, na cidade de Santa Rita do Sapucaí / MG, do produto Brushing Progress - Shampoo Antioxidente da marca Essencial Cosméticos, sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, pela empresa Relux Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda., que não possui Autorização de Funcionamento na Anvisa e utiliza na rotulagem do produto dados de endereço, CNPJ e Autorização de Funcionamento referentes à empresa Indústria e Comércio de Cosméticos Reluz Ltda., que desconhece a existência do referido produto, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto BRUSHING PROGRESS - SHAMPOO ANTIOXIDANTE da marca ESSENCIAL COSMÉTICOS, fabricado pela empresa Relux Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda., cujo rótulo informa indevidamente o CNPJ 29.641.982/0001-82, o endereço Rua Emílio Guadagny, nº 831 - Mesquita, Rio de Janeiro/RJ, e a Autorização de Funcionamento nº 2018345-2, os quais se referem a uma outra empresa.

Art. 2º Determinar, a apreensão e inutilização das unidades encontradas no mercado do produto referido no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

Remaneja recursos do Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e altera a Instrução Normativa nº 39, de 5 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a alocação dos recursos do Orçamento Financeiro e Operacional do FGTS, referentes à área de Infraestrutura Urbana, para o exercício de 2014, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995,